



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA AMAZÔNIA: análise do Marajó

Wilk Cardoso Cruz¹
Maria José Souza Barbosa²

Resumo: A partir dos resultados obtidos por meio de pesquisas realizadas no território do Marajó demandadas pelo projeto “Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará” elaborou-se este artigo, que conta com a análise dos indicadores socioeconômicos e culturais de uma região historicamente abandonada pela baixa capilaridade das políticas públicas, de serviços infraestruturais e de equipamentos coletivos de promoção e proteção social voltados ao desenvolvimento socioterritorial. O que tem caracterizado a necessidade de uma mobilização produtiva dos sujeitos sociais; a dinamização das capacidades institucionais a fim de potencializar os meios existentes no território e diminuir suas necessidades vitais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Rural, Amazônia, Marajó.

Abstract: From the results obtained from surveys conducted in the territory of Marajo demanded by the project "Strategic Management and Sustainable Development of Rural Areas in the State of Para" drafted up this article, which includes an analysis of indicators of socioeconomic and cultural a region historically abandoned by low capillarity of public policies, infrastructural services and facilities to promote and protect collective social development aimed at socio-territorial. What has characterized the need for a productive mobilization of social subjects; boosting institutional capacity to leverage existing resources within and diminish their vital needs.

Keywords: Rural Territorial Development, Amazon, Marajo.

¹ Estudante. Universidade Federal do Pará (UFPA). wilkccruz.ss@gmail.com

² Doutor. Universidade Federal do Pará (UFPA).



I. INTRODUÇÃO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA tem elaborado propostas de desenvolvimento rural com abordagem territorial para o Brasil, na tentativa de ampliar a discussão em torno deste tema, e aperfeiçoar suas propostas e estratégias de implementação. Direcionando esforços para a redução da pobreza, o combate à execução social e a diminuição das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 2004).

Dentre as estruturas que o MDA abarca está a Secretária do Desenvolvimento Territorial – SDT que tem a função de apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais – membros reconhecidos pelas comunidades locais e territoriais, tanto da sociedade civil, quanto representantes de entidades públicas e privadas, que atuam em nome de grupos e segmentos sociais que a compõe – na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a execução e; integração de políticas públicas.

Dentre os objetivos da SDT, está o de contribuir para o desenvolvimento harmônico de regiões onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário, colaborando para a ampliação das capacidades humanas, institucionais e da autogestão dos territórios.

Uma de suas linhas de atuação é à implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais com o objetivo de promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural.

No contexto do Território do Marajó tem-se constatado a ausência de políticas públicas efetivas e de equipamentos de uso coletivo, o que tem produzido problemas de ordens diversos, como fome, miséria, altos índices de malária, em determinados municípios, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes etc. Assim, o Plano Amazônia Sustentável – PAS (2004) e o Plano Marajó Sustentável (2007) visavam alterar esta realidade e estabelecer novas diretrizes em busca de incorporar a concepção de territorialidade a fim de atender demandas específicas que são determinadas pelas singularidades de cada região.

O modelo de desenvolvimento concentrador de renda e de serviços públicos na capital do estado do Pará tem contribuído para o isolamento do arquipélago, por se tratar de uma



região distanciada dos eixos rodoviários estratégicos que cortaram a Amazônia em direção aos grandes projetos agrominerais e agropastoris.

Neste sentido, a sociedade local tem demandado do governo e seus entes federados a constituição de uma agenda de ações coordenadas e estratégica para o desenvolvimento de soluções imediatas da vulnerabilidade e risco social das populações do Marajó, bem como, para articular as organizações sociais a fim de potencializar as capacidades institucionais dos municípios que constituem o território, de modo que se tornem sujeitos e possam ter papel protagonista na promoção do desenvolvimento da região.

Por sua vez, a Universidade Federal do Pará através do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários e do Diretório Trabalho e Desenvolvimento da Amazônia se propõe a contribuir com os objetivos e as diretrizes do PDSTR da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, tendo em vista que hoje a mobilização produtiva dos territórios insere o Brasil e a Amazônia no *front* das tendências mais avançadas, ou seja, no deslocamento paradigmático que não respeita nenhum estágio “progressivo”, nenhuma linearidade.

II. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL NA AMAZÔNIA

A abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe, ao mesmo tempo, a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes, cuja dimensão dá-se com objetivos instrumentais e práticos. Sendo uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas. Essa abordagem considera que a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça social, o sentimento de pertencimento, a valorização da cultura local e a inclusão social são objetivos primordiais a serem atingidos.

Isso significa que, a sociedade que vive em uma determinada região dita normas e regras para além do espaço geográfico, pois cria laços de identificação e pertencimento herdados de processos históricos, das crenças e culturas imbricadas na formação da identidade do território. Logo, esses traços identitários precisam ser incorporados nas agendas públicas, como estratégias para o desenvolvimento, a fim de se construir um ambiente favorável à inovação e a qualidade de vida dos sujeitos locais.



Haesbaert (2006, pp. 20-40) assinala que a territorialidade constitui-se elemento indissociável à própria condição humana, partindo do fato de que o conceito de sociedade implica de algum modo, sua especialização-territorialização. O autor destaca três orientações básicas: a política que se refere às relações espaço-poder e/ou jurídico-política; cultural ou simbólico cultural, priorizando a dimensão simbólica e mais subjetiva entre os territorialistas; e econômica, enfatiza a dimensão espacial onde as relações são dadas.

Segundo Eid & Pimentel (2008), o desenvolvimento envolve modificações qualitativas no modo de vida das pessoas, instituições e estruturas produtivas, com base nisso, o desenvolvimento consiste na transformação de uma economia atrasada em uma economia moderna, eficiente, juntamente com melhoria da qualidade de vida do conjunto da população. Com isso, o desenvolvimento precisa ser pensado a partir da abordagem territorial, envolvendo mudanças estruturais e melhoria de indicadores econômicos e sociais.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural com enfoque territorial consiste em uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural. A definição do que seja exatamente “desenvolvimento rural”, nas ações desenvolvidas pelo Estado Nacional, tem variado ao longo do tempo, embora nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (NAVARRO, 2001, p. 88).

Assim, o gerenciamento eficiente dos recursos atuais e potenciais dos territórios exige a incorporação de conhecimentos e capacidade de identificar as tendências de transformação e possibilidades externas em oportunidades internas, com o objetivo de resolver problemas ou atender necessidades locais, promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Para este fim, o gerenciamento precisa se conectar com um novo paradigma de desenvolvimento, potencializando a organização da sociedade local e seus elos com as diferentes escalas, a fim de operacionalizar uma estratégia adequada de desenvolvimento.

Em face desse desafio, a “identidade” é considerada fundamental para ensejar a coesão social e territorial, na construção de um desenvolvimento pautado nos territórios como “combustível” principal para o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades dos atores locais, sua identidade social e histórica.

Na Amazônia brasileira, existe uma estreita relação entre os seres vivos e o meio ambiente, no entanto, esta relação tem sido ameaçada desde muito tempo pelo modelo expansionista dos tempos modernos que se fundamenta na destruição da natureza e na



finalidade de obter lucro sem limitações. O que tem trazido para as populações nativas que se alimentam de peixes, de aves, de animais, de frutos silvestres, do extrativismo e dos produtos da agricultura de subsistência, prejuízos gigantescos e que poderá determinar, em um futuro próximo, uma tragédia irreparável.

Constata-se, portanto, que o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em prol das populações locais, não ocorreu na Amazônia até hoje, pois em todo o processo de colonização da região entre o Estado e o capital, em nenhum momento houve a preocupação em utilizar os recursos naturais de forma sustentável (PICOLI, 2006). Para Souza & Filippi (2008), qualquer referência à Amazônia brasileira faz com que advenham, imediatamente, lembranças relacionadas às riquezas naturais (fauna, flora e minerais), aos conflitos agrários, ao impacto ambiental existente no marco do desmatamento e à influência nas mudanças climáticas, à importância da água como elemento estratégico, à intensa exploração mineral existente na região, ao trabalho escravo, à frágil condição de desenvolvimento humano e a outras questões que possuem interfaces local, nacional e internacional.

III. O TERRITÓRIO RURAL DO MARAJÓ

Na Amazônia, o lugar do trabalho é a terra, a floresta, a água, sendo sua defesa indispensável para a manutenção da biodiversidade, sustentação da vida em si mesma em geral as estruturas locais são centradas na economia de subsistência, de base familiar e/ou comunitária. O estado do Pará é o segundo maior da região Norte. Seu território é composto por 1.274.702 km² distribuídos em 143 municípios, divididos em seis mesorregiões. De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) possui uma população estimada em 7.581.051 habitantes. Destes 66,5% estão concentrados em áreas urbanas e 33,5% em áreas rurais.

Para efeito do financiamento do PDSTR, o Pará está dividido em cinco territórios rurais, no entanto, o estudo em questão propõe-se a analisar o território rural do Marajó³

³ O território do Marajó é composto pelos municípios: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currealinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.



coordenado pela UFPA/ITCPES. Este território possui 487.161 habitantes e ocupa uma área de 104.606,90 Km².

A distribuição da população do Marajó apresenta pequeno predomínio da população rural com (56,59%) de acordo com o IBGE (2010), enquanto que a média do país é de (16%). Dos dezesseis municípios que compõem o território, apenas três (Breves⁴, Soure⁵ e Salvaterra⁶) possuem população urbana superior à rural.

A ocupação humana no Arquipélago do Marajó⁷ é bastante remota e teve grande influência das etnias Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras, nações indígenas bastante numerosas que habitaram, até então, a Ilha Grande de Joanes, e que deram origem à formação de sua população, mas que passaram por um processo de miscigenação desde a época da colonização, quando grande parte foi dizimada devido a “guerras” ocorridas com os portugueses. Essa população também foi duramente escravizada pelos portugueses que tomaram para si grandes áreas de terras por meio de concessões de sesmarias.

Desde o período colonial, a Região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A trajetória socioeconômica da região de integração do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de expansão e recessão econômica, baseadas principalmente no comportamento da pecuária (nas áreas de campos naturais da ilha do Marajó), do extrativismo (nas áreas de floresta) e da agricultura de subsistência.

A economia marajoara, no século XVIII, dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca. A agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população da ilha, de tal forma que a maioria da população se distribuiu por pequenos povoados, localizados geralmente nas confluências dos rios e igarapés.

Até a década de 1960, a pecuária na Amazônia era praticada apenas em campos aluviais do Marajó, onde a exploração pecuária data do século XVII. Os latifúndios, surgidos nestas zonas, passaram por herança, aos supostos proprietários atuais. O caráter histórico

⁴ O município de Breves possui um total de 92.865 habitantes, destes 50,14% vivem na área urbana e 49,86% vivem na área rural.

⁵ O município de Soure possui um total de 22.995 habitantes, destes 91,36% vivem na área urbana e 8,64% vivem na área rural.

⁶ O município de Salvaterra possui um total de 20.184 habitantes, destes 62,83% vivem na área urbana e 37,17% vivem na área rural.

⁷ Marajó, em tupi significa “barreira do mar”.



de manutenção desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. Os atuais vaqueiros e capatazes descendem, na maioria, de antigos escravos que passaram à condição de agregados e dependentes após 1888⁸. O pagamento dos serviços desses trabalhadores se dá parcialmente em espécie e o restante em autorizações para pesca, caça e extrativismo, bem como para a agricultura em pequena escala nos domínios do patrão. Ademais, não é rara a prática do aviamento, isto é, do endividamento do vaqueiro no armazém da fazenda.

A partir da década de 1970, outro sistema pecuário é implantado na Amazônia, também com base no latifúndio, com pastagem cultivada em áreas desmatadas. Este processo de substituição da prática pecuária implicou numa queda substantiva da participação do latifúndio tradicional no rebanho total da Amazônia. No Pará, por exemplo, de 1974 a 1994, o rebanho bovino cresceu (54,7%), sendo que no mesmo período a participação dos latifúndios tradicionais marajoaras passou de (38,13%) para (6,86%).

Quanto aos ribeirinhos, estes apresentam um padrão de distribuição humana que se dá ao longo dos cursos dos rios e igarapés presentes no arquipélago. A produção extrativista e os recursos tecnológicos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local, o papel de forte determinante em sua vida e seu trabalho. As atividades econômicas dos ribeirinhos se caracterizam pela extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pela pesca e pela produção agrícola, voltada principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz, farinha). Por outro lado, nos municípios onde a resistência dos trabalhadores ribeirinhos não foi suficiente para que os mesmos possuíssem o domínio das terras onde vivem, ainda existem relações de trabalho tais quais às existentes na época áurea da borracha (PDTSM, 2007).

Nas relações de trabalho estabelecidas na Amazônia, sobretudo no território do Marajó, é comum encontrarmos características de um verdadeiro sistema de aviamento, em que o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. Essa relação social predomina de tal maneira, que não é estranho encontrar ainda hoje situações semelhantes no campo da Amazônia.

Os aspectos demográficos dos municípios do Marajó mostram perenidade nos padrões de ocupação e uso do solo, configurando uma história que guarda relação com

⁸ Ano em que é sancionada a **Lei Áurea**, que teve por finalidade libertar todos os escravos que dependiam dos senhores de engenho e da elite cafeeira.



traços político-culturais da sociedade colonial, que ainda hoje geram impactos nas vidas das populações locais. Além das condições determinadas pelo ambiente geográfico e pelas técnicas utilizadas para a exploração dos recursos, há outros fatores que imprimem características marcantes a esta população, dentre as quais se destacam a formação étnico-cultural.

No Marajó, tradicionalmente, os grandes latifundiários destinam uma pequena parte de “suas terras” para o trabalho do vaqueiro, para que possam construir suas moradias e desenvolver pequena produção de subsistência, em troca dos cuidados com a fazenda. No caso de Soure, um dos fatores que pode explicar o inchaço populacional na área urbana, ocorrido na última década, se deve ao fato da atuação do Ministério do Trabalho junto aos fazendeiros, devido o mesmo não regularizarem a situação trabalhista dos vaqueiros e de suas famílias. O que tem desencadeado um processo de migração para a cidade com a formação das chamadas ‘invasões’ de terrenos próximos às áreas de periferia, muitas vezes, sem qualquer planejamento, o que vem incorrendo em casos de intensa vulnerabilidade social dessa população.

A condição de vulnerabilidade social existente nas cidades do Marajó, aliada a baixa capacidade de geração de emprego e renda e do fato da maior parte da população experimentar níveis de empobrecimento bem elevados, comprova-se nos índices de desenvolvimento humano dos municípios do arquipélago do Marajó, como no caso de Anajás que possui o pior IDH do território (0,595).

Nesse contexto, os Programas de transferência de renda do Sistema Único de Assistência Social, como Bolsa Família – BF, que possuem 51.548 famílias cadastradas, e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, que compreende 6.119 beneficiados no território, se constituem elementos essenciais na composição da renda familiar, na medida em que possibilitam o combate à fome e à miséria. E no contexto do território, têm possibilitado às famílias perceberem uma melhoria em suas condições de renda e, conseqüentemente, de vida, ainda que se precise aprofundar a análise sobre o tema.

IV. CONCLUSÃO

No arquipélago do Marajó a pobreza contínua, forma mais visível da desigualdade social, está relacionada ao acesso desigual à educação, saúde, disponibilidade de crédito, oportunidades de renda e garantia de direitos de propriedades. Que somente será



minimizado, com o uso efetivo das capacidades, competências e habilidades dos atores locais, sua identidade social e histórica, com o objetivo de resolver problemas e/ou atender necessidades locais, promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população.

As informações e dados levantados permitem-nos afirmar que as demandas históricas da população marajoara só poderão ser atendidas por meio da construção de uma nova matriz de desenvolvimento, em que a promoção de políticas públicas esteja em sinergia com a base da cultura local, e aliada a um conjunto de iniciativas que articulem a participação efetiva dos atores sociais que fazem a história dos municípios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o apoio ao Desenvolvimento Territorial**, Brasília, 2004.

BRASIL. Governo Federal, Governo do Estado do Pará. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Brasília: PDTSM, 2007. 313 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório Analítico do Território do Marajó** (versão preliminar). Brasília, 2011. Disponível em: <http://sge.mda.gov.br/ind/ind_re/doc/Relatório_Analítico_2011.pdf> Acesso em: 29 dez. 2012.

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. Contribuição ao debate teórico sobre Desenvolvimento Local e Cadeias Produtivas. In: **Conexões**, Belém, v.1, n.1, p. 69-90, ago./dez., 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 20 a 26 de março de 2006.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: ESTUDOS AVANÇADOS. **Dossiê: Desenvolvimento Rural**. v. 15, n. 43, p. 83-100. São Paulo, set./dez., 2001.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, Armando Lírio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Controvérsias do Desenvolvimento Territorial: Alguns aspectos da ruralidade na Amazônia Brasileira. In: **Conexões**, Belém, v.1, n.1, p. 91-116, ago./dez., 2008.